

Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

2.ª Vara Cível

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Autor: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 502 345 678, sede em Rua da Boavista, 45, 1050-067 Lisboa.

Réu: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 508 765 432, sede em Avenida dos Aliados, 120, 4000-069 Porto.

Mandatários:

| Parte | Advogado | N.º da OAB | | Autor | Dr. João Silva | OA 12345 | | Réu | Dra. Maria Fernandes | OA 67890 |

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Despacho – Fixação da Data de Julgamento

Vistos os autos do processo em epígrafe, em que a **XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.** pretende a declaração de resolução do contrato de prestação de serviços celebrado com a **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, bem como a condenação da ré ao pagamento de indemnização por perdas e danos e à restituição dos valores antecipadamente pagos, tendo sido apresentadas a contestação e a reconvenção, bem como todas as diligências probatórias solicitadas.

Considerando que:

1. As partes encontraram-se em situação de **contencioso** e que já foram realizadas as audiências de instrução e julgamento preliminar, não havendo mais diligências a praticar.
2. O Ministério Público não se pronunciou, não sendo necessária a sua intervenção.
3. As partes foram devidamente notificadas dos atos processuais até à presente data e não foram apresentadas novas peças processuais que justifiquem a postergação da sessão de julgamento.

Fixo a sessão de julgamento para o dia **15 de março de 2026**, às **10h00**, na sala de audiências da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem	Assunto
1	Abertura da sessão e verificação de presença.
2	Exposição dos factos pelas partes.
3	Oitiva das testemunhas já arroladas (se houver).
4	Alegações finais orais.
5	Deliberação e prolação da decisão.

Intimo a **XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.**, representada pelo Dr. João Silva, e a **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, representada pela Dra. Maria Fernandes, a comparecerem à sessão de julgamento designada, sob **pena de revelia e confissão** quanto aos factos controvertidos, nos termos do art.º 342.º do Código de Processo Civil.

Fica ainda **intimada** a parte ré, caso ainda não tenha apresentado, a apresentar, até **10 de março de 2026**, a eventual **contestação suplementar** ou **reconvenção**, sob pena de preclusão.

Proceda-se à **publicação** deste despacho no Boletim do Ministério da Justiça e à sua **intimação** por via postal e eletrónica, nos termos do art.º 224.º do Código de Processo Civil.

Nada mais havendo, **determino** a expedição de cópias deste despacho para os mandatários das partes e para o Ministério Público, caso haja intervenção.

Assinado:

Juiz José Pereira

Juiz da 2.^a Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa